

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Exmo. Senhor

Secretário de Estado da Cultura

Dr. Jorge Barreto Xavier

Palácio Nacional da Ajuda

1300-018 Lisboa

Lisboa, 23 de Julho de 2014

José António de Brito

A AGECOP vem, por esta forma, colocar à consideração de Vossa Excelência o seguinte:

1. Desde Fevereiro passado que temos participado, num espírito de colaboração e de total abertura, em algumas reuniões e consultas com vista à conclusão da revisão da Lei da Cópia Privada.
2. As duas primeiras reuniões decorreram com brevidade e produziram efeitos práticos, com um acordo de princípio quanto ao texto e quanto às tarifas propostas pela SEC.
3. Note-se que partiu da AGECOP a iniciativa de propor uma redução de tarifas específicas que, tanto em termos técnicos como em função dos preços de mercado, necessitavam dessa revisão.
4. Em Março estávamos já com as principais questões ultrapassadas.
5. Com a chegada de um novo elemento do Gabinete de Vossa Excelência, todo o processo se atrasou cerca de três meses e, já em meados de Junho, recebemos com surpresa e alguma perplexidade, uma nova proposta com cortes nas tarifas que não fazem qualquer sentido e com os quais não podemos estar de acordo, conforme expressámos, com clareza, no memorando que foi enviado no âmbito do Grupo de Trabalho.
6. Entretanto, no passado dia 14 de Julho, tomámos conhecimento de mais uma versão que volta a rever as tarifas quantificando em dinheiro os limites máximos de algumas delas. Tal é manifestamente uma má decisão porque os valores que se apontam "assustam" quem olhe superficialmente para o texto e espantam quem o leia com uma visão técnica, porque alguns desses limites não se atingem com estas tarifas.
7. Importa aqui referir que num quadro comparativo com a média das tarifas na UE as tarifas agora propostas em Portugal ficam sensivelmente entre 50 e 85% abaixo dessa média. Quando em vários países europeus se aumentam as tarifas para as adequar às novas realidades tecnológicas (ainda recentemente em Itália isso aconteceu, com um aumento para 4 vezes mais!) em Portugal, mesmo antes de serem apreciadas em definitivo, já se cortam drasticamente as soluções de bom senso que a própria SEC começou por propor.

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

8. Podemos pois dizer que para os autores, actores e intérpretes, produtores, editoras, livreiros e meios de comunicação social esta revisão da lei tem vindo, nas suas várias versões, a reduzir a compensação a que têm direito e a criar dificuldades acrescidas na capacidade de entendimento na aplicação da lei.
9. Acresce que podemos igualmente constatar que, sendo uma necessidade absolutamente prioritária para o sector e estando mais de dois anos atrasada, face ao Programa do Governo, a revisão da Lei da Cópia Privada tem vindo a ser sistematicamente relegada para um plano que não merece e que põe em causa a actividade de milhares de criadores.
10. Importa acentuar que resolver a questão da Lei da Cópia Privada é promover transversalmente todos os grandes criadores de cultura em Portugal e garantir investimento, sem custo para o Estado, em projectos de índole cultural através do Fundo Cultural da Cópia Privada, constituído com a verba correspondente a 20% do total de receitas, como é do conhecimento de Vossa Excelência.

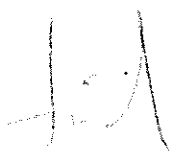
Assim, Senhor Secretário de Estado, a AGECOP para além de reiterar a sua discordância quanto às últimas versões (Junho e Julho p.p.) desta proposta de revisão da Lei da Cópia Privada, nomeadamente no que diz respeito às tarifas e seus critérios, vem solicitar que Vossa Excelência possa apressar todo o processo com vista a termos uma lei, ainda este ano, que permita que em 2015 a AGECOP possa sobreviver, coisa que nesta altura é completamente duvidosa, como de há muito tivemos a oportunidade de comunicar a Vossa Excelência.

A pressão que sentimos de todo o sector que representamos é enorme, o Fundo Cultural está completamente esvaziado e, dada a completa desadequação da Lei à realidade do mercado, a distribuição total de direitos de Cópia Privada este ano não deve chegar aos 300 mil euros.

Urge pois, Senhor Secretário de Estado, que se tomem decisões definitivas e que a proposta de revisão seja enviada para a Assembleia da República, onde conta com a AGECOP, como até aqui, para continuar a acompanhar todo o processo e a colaborar no que for julgado conveniente.

É isso que solicitamos a Vossa Excelência e esperamos deste Governo, dadas as promessas efectuadas, os compromissos assumidos e os Programas a cumprir.

Gratos pela atenção, apresentamos os nossos melhores cumprimentos



João David Nunes

Presidente

AGECOP - Associação para a Gestão da Cópia Privada